



**ACADEMIA DE POLÍCIA**  
**“DR. CORIOLANO NOGUEIRA COBRA”**  
Secretaria de Concursos Públicos



331224

Concurso Público

## **001. PROVA PREAMBULAR**

### **DELEGADO DE POLÍCIA**

- Você recebeu sua folha de respostas e este caderno contendo 100 questões objetivas.
- Confira seu nome e número de inscrição impressos na capa deste caderno e na folha de respostas.
- Quando for permitido abrir o caderno, verifique se está completo ou se apresenta imperfeições. Caso haja algum problema, informe ao fiscal da sala.
- Leia cuidadosamente todas as questões e escolha a resposta que você considera correta.
- Marque, na folha de respostas, com caneta esferográfica, fabricada em material transparente, de tinta azul ou preta, a letra correspondente à alternativa que você escolheu.
- A duração da prova é de 4 horas e 30 minutos, já incluído o tempo para o preenchimento da folha de respostas.
- Só será permitida a saída definitiva da sala e do prédio após transcorridas 3 horas e 30 minutos do início da prova.
- Deverão permanecer em cada uma das salas de prova os 3 últimos candidatos, até que o último deles entregue sua prova, assinando termo respectivo.
- Ao sair, você entregará ao fiscal a folha de respostas e este caderno, podendo levar apenas o rascunho de gabarito, localizado em sua carteira, para futura conferência.
- Até que você saia do prédio, todas as proibições e orientações continuam válidas.

**AGUARDE A ORDEM DO FISCAL PARA ABRIR ESTE CADERNO DE QUESTÕES.**



## DIREITO CONSTITUCIONAL

01. A Constituição poderá ser emendada mediante proposta

- (A) de governador da Unidade da Federação.
- (B) de mais da metade das Câmaras Municipais, manifestando-se, cada uma delas, pela maioria relativa de seus membros.
- (C) do Presidente da República, mediante representação popular, manifestada por apoio de partido político sem representação no Congresso Nacional.
- (D) de dois terços, no mínimo, dos membros da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal.
- (E) de mais da metade das Assembleias Legislativas das unidades da Federação, manifestando-se, cada uma delas, pela maioria relativa de seus membros.

02. Pode(m) propor a ação direta de inconstitucionalidade e a ação declaratória de constitucionalidade perante o Supremo Tribunal Federal:

- (A) partido político sem representação no Congresso Nacional.
- (B) os Conselhos Federais de órgãos de classe profissional.
- (C) confederação sindical ou entidade de classe de âmbito regional.
- (D) a Mesa da Câmara dos Deputados.
- (E) o Procurador-Geral de Justiça.

03. Compete privativamente à União legislar sobre

- (A) produção e consumo.
- (B) assistência jurídica e defensoria pública.
- (C) trânsito e transporte.
- (D) direito tributário, financeiro, penitenciário, econômico e urbanístico.
- (E) educação, cultura, ensino e desporto.

04. Nos termos da Constituição Federal, os Municípios poderão constituir guardas municipais destinadas

- (A) à execução de atividades de defesa civil.
- (B) ao patrulhamento ostensivo das vias públicas municipais.
- (C) às funções de polícia judiciária e à apuração de infrações penais.
- (D) à proteção de seus bens, serviços e instalações.
- (E) ao policiamento ostensivo e à preservação da ordem pública.

05. Quanto às garantias constitucionais e à privação da liberdade, assinale a alternativa correta.

- (A) Conceder-se-á *habeas corpus* sempre que a lei admitir a liberdade provisória.
- (B) O preso será informado de seus direitos, dentre os quais o de permanecer calado, sendo-lhe assegurada a remoção para estabelecimento perto de sua família.
- (C) O preso tem direito à identificação dos responsáveis por sua prisão ou por seu interrogatório policial, exceto nos crimes inafiançáveis.
- (D) A prisão de qualquer pessoa e o local onde se encontre serão comunicados no primeiro dia útil ao juiz competente e à família do preso ou à pessoa por ele indicada.
- (E) Ninguém será levado à prisão ou nela mantido quando a lei admitir a liberdade provisória, com ou sem fiança.

06. Os atos de improbidade administrativa importarão, nos termos da Constituição Federal, dentre outros,

- (A) a prisão provisória, sem direito à fiança.
- (B) a indisponibilidade dos bens.
- (C) a impossibilidade de deixar o país.
- (D) a suspensão dos direitos civis.
- (E) o pagamento de multa ao Fundo de Proteção Social.

07. A respeito de ações penais contra Deputados e Senadores, assinale a alternativa correta.

- (A) No caso de sustação da ação criminal, não há suspensão da prescrição, que permanecerá em curso.
- (B) Somente após a posse serão submetidos a julgamento perante o Supremo Tribunal Federal.
- (C) Recebendo, o Supremo Tribunal Federal dará ciência à Casa respectiva, que poderá sustar o andamento da ação.
- (D) As imunidades de Deputados ou Senadores não subsistirão durante o estado de sítio ou de guerra.
- (E) Desde a expedição do Diploma, não poderão ser presos, exceto pela prática de crime inafiançável.

08. É privativo de brasileiro nato o cargo de

- (A) Ministro do Supremo Tribunal Federal.
- (B) Senador.
- (C) Juiz de Direito.
- (D) Delegado de Polícia.
- (E) Deputado Federal.

## DIREITOS HUMANOS

09. Considerando a sua evolução histórica, bem como o sistema internacional de proteção dos direitos humanos, assinale a alternativa correta.
- (A) No sistema processual de proteção dos direitos humanos, as pessoas físicas são titulares de direitos perante os órgãos de supervisão internacional, mas carecem de capacidade processual nesse sistema.
  - (B) No campo dos direitos humanos, desde a Declaração Universal de 1948, verifica-se a coexistência de diversos instrumentos de proteção estabelecendo regras de efeitos e conteúdo essencialmente formais.
  - (C) A resolução de conflitos nos casos concretos de violações de direitos humanos é tema de interesse exclusivamente nacional dos Estados.
  - (D) Os tratados podem agir como normas de direito interno, desde que ratificados e incorporados, podendo influenciar a alteração, ou criação, de regulamentação nacional específica.
  - (E) A partir de 1950, depois de estabelecida uma unidade conceitual dos direitos humanos, sua proteção internacional viu-se em acentuado declínio.
10. No direito brasileiro, considerando os tratados internacionais de direitos humanos, bem como o entendimento atual do Supremo Tribunal Federal, é correto afirmar, a respeito da prisão civil, que
- (A) são admitidas apenas duas possibilidades de prisão civil: a do depositário infiel e a do devedor de pensão alimentícia.
  - (B) é ilícita a prisão do depositário infiel, qualquer que seja a modalidade do depósito.
  - (C) foram abolidas todas e quaisquer hipóteses legais de prisão civil.
  - (D) é ilícita a prisão do devedor de pensão alimentícia, sendo admitida apenas a prisão do depositário infiel.
  - (E) se admite, atualmente, no direito pátrio, a prisão civil somente em âmbito federal, desde que haja decisão judicial transitada em julgado.
11. Segundo o que dispõe a Declaração Universal dos Direitos Humanos da ONU, toda pessoa, vítima de perseguição, tem o direito de procurar e de gozar asilo em outros países. No entanto, esse direito não pode ser invocado, entre outros, em caso de perseguição
- (A) de militante político que tenha se evadido clandestinamente de seu país de origem.
  - (B) de pessoa que claramente tenha se rebelado contra o regime de governo de seu país.
  - (C) por razões de ordem política.
  - (D) por motivos religiosos.
  - (E) legitimamente motivada por crimes de direito comum.
12. Considerando o disposto expressamente no Pacto Internacional de *San José da Costa Rica* (Convenção Americana de Direitos Humanos de 1969), a respeito do direito à vida e do direito à integridade pessoal, é correto afirmar que
- (A) os processados devem ficar separados dos condenados, salvo em circunstâncias excepcionais, e devem ser submetidos a tratamento adequado à sua condição de pessoas não condenadas.
  - (B) toda pessoa tem o direito de que se respeite sua vida, e o direito de ser protegido pela lei, em geral, desde o momento do seu nascimento.
  - (C) todos os países estão proibidos de adotar a pena de morte e aqueles que já a adotem devem aboli-la de imediato.
  - (D) é vedada pelos Estados a adoção da pena de prisão perpétua, exceto para casos de crimes hediondos.
  - (E) a pena de trabalhos forçados será vedada unicamente a menores de vinte e um anos e a maiores de setenta anos.
13. Assinale a alternativa que está de acordo com o contido no Protocolo das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional Relativo à Prevenção, Repressão e Punição do Tráfico de Pessoas, em Especial Mulheres e Crianças.
- (A) As controvérsias entre dois Estados, com respeito à aplicação do Protocolo, não resolvidas por negociação, serão submetidas ao Tribunal Penal Internacional.
  - (B) Um dos objetivos do Protocolo é prevenir e combater o tráfico de pessoas, em especial de mulheres e crianças, fornecendo-lhes asilo político.
  - (C) Cada Estado assegurará que o seu sistema jurídico ofereça às vítimas de tráfico de pessoas a possibilidade de obterem indenização pelos danos sofridos.
  - (D) Para efeitos do Protocolo, o termo “criança” significa qualquer pessoa com idade inferior a vinte e um anos.
  - (E) Cada Estado terá em consideração a aplicação de medidas que permitam a recuperação física, psicológica e social das vítimas de tráfico de pessoas, incluindo, se for o caso, o fornecimento de um salário-mínimo mensal de ajuda de custo.

14. Assinale a alternativa que está expressamente de acordo com as Regras Mínimas das Nações Unidas para o Tratamento dos Presos.
- (A) Os presos doentes que necessitem de tratamento especializado deverão ter toda a assistência médica, psicológica, psiquiátrica ou odontológica adequada dentro do próprio estabelecimento prisional, que deverá adequar suas instalações para esse fim.
  - (B) Cada estabelecimento prisional terá uma biblioteca para o uso de todas as categorias de presos, devidamente provida com livros de recreio e de instrução, e os presos serão estimulados a utilizá-la.
  - (C) Serão absolutamente proibidos, como punições por faltas disciplinares, os castigos corporais, a detenção em cela escura, e todas as penas cruéis, desumanas ou degradantes, a menos que um médico possa declarar que o preso tenha condições de suportá-la.
  - (D) O preso que não trabalhar ao ar livre deverá ter, pelo menos, quatro horas por dia para fazer exercícios físicos apropriados ao ar livre, sem prejuízo do horário de banhos de sol.
  - (E) Será exigido que todos os presos mantenham-se limpos; para este fim, todos os presos deverão adquirir e trazer consigo seus próprios artigos de higiene necessários à sua saúde e limpeza.
15. Considerando a distinção conceitual entre grupos vulneráveis e minorias, assinale a alternativa que identifica, correta e respectivamente, no Estado Brasileiro, um componente de grupo vulnerável e outro de uma minoria.
- (A) População de rua e índios.
  - (B) Adolescentes e mulheres.
  - (C) Ciganos e praticantes do candomblé.
  - (D) Crianças e pessoas com deficiência física ou sofrimento mental.
  - (E) Homossexuais e idosos.
16. Segundo o Estatuto de Roma, a competência do Tribunal Penal Internacional restringir-se-á aos crimes mais graves, que afetam a comunidade internacional no seu conjunto. Nos termos do referido Estatuto, portanto, o Tribunal terá competência para julgar, entre outros, os seguintes crimes:
- (A) hediondos e crimes de terrorismo.
  - (B) de guerra e crimes de tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins.
  - (C) infanticídio e crimes contra a humanidade.
  - (D) de agressão e crimes contra a ordem constitucional e o Estado Democrático.
  - (E) genocídio e crimes de guerra.
17. O conceito de Direito Administrativo é peculiar e sintetiza-se no conjunto harmônico de princípios jurídicos que regem os órgãos, os agentes e as atividades públicas tendentes a realizar concreta, direta e imediatamente os fins desejados pelo Estado. A par disso, é fonte primária do Direito Administrativo
- (A) a jurisprudência.
  - (B) os costumes.
  - (C) os princípios gerais de direito.
  - (D) a lei, em sentido amplo.
  - (E) a doutrina.
18. A Administração Pública, em sentido
- (A) objetivo, material ou funcional, designa os entes que exercem a atividade administrativa.
  - (B) amplo, objetivamente considerada, compreende a função política e a função administrativa.
  - (C) estrito, subjetivamente considerada, compreende tanto os órgãos governamentais, supremos, constitucionais, como também os órgãos administrativos, subordinados e dependentes, aos quais incumbe executar os planos governamentais.
  - (D) estrito, objetivamente considerada, compreende a função política e a função administrativa.
  - (E) subjetivo, formal ou orgânico, compreende a própria função administrativa que incumbe, predominantemente, ao Poder Executivo.
19. Quando o Poder Público, conservando para si a titularidade do serviço público, transfere sua execução à pessoa jurídica de direito privado, previamente existente, ocorre o que se denomina descentralização
- (A) autárquica.
  - (B) por colaboração.
  - (C) hierárquica.
  - (D) por subordinação.
  - (E) heterotópica.

20. Uma determinada empresa estatal veio a alienar imóvel público desafetado a entidade de serviço social autônomo e, para tanto, se valeu de hipótese legal de licitação dispensada prevista no art. 17, I, “e”, da Lei n.º 8.666/93 (venda a outro órgão ou entidade da administração pública, de qualquer esfera de governo). Partindo-se de tais pressupostos, é correto afirmar que essa venda é
- (A) ilegal, pois a negociação não fora precedida por licitação na modalidade de leilão.
  - (B) ilegal, pois a negociação não fora precedida por licitação na modalidade tomada de preços.
  - (C) legal, porque os serviços sociais autônomos integram a Administração Pública indireta, fazendo jus à dispensa de licitação.
  - (D) ilegal, porque a hipótese de dispensa de licitação não se faz presente no caso.
  - (E) legal, porque havendo desafetação do patrimônio público, era permitido à estatal vendê-lo diretamente à entidade integrante do sistema “S” que presta serviço de interesse público.
21. Desde antigas eras do Direito, já vingava o brocardo segundo o qual “nem tudo o que é legal é honesto” (*non omne quod licet honestum est*). Aludido pensamento vem a tomar relevo no âmbito do Direito Administrativo principalmente quando se começa a discutir o problema do exame jurisdicional do desvio de poder. Essa temática serve, portanto, de lastro para o desenvolvimento do princípio constitucional administrativo
- (A) explícito da moralidade administrativa.
  - (B) explícito da legalidade.
  - (C) implícito da supremacia do interesse público sobre o privado.
  - (D) implícito da finalidade administrativa.
  - (E) implícito da motivação administrativa.
22. Ao exercício do poder de polícia são inerentes certas atividades que podem ser sumariamente divididas em quatro grupos: I – legislação; II – consentimento; III – fiscalização; e IV – sanção. Nessa ordem de ideias, é correto afirmar que o particular
- (A) pode exercer apenas as atividades de consentimento e de sanção, por não serem típicas de Estado.
  - (B) somente pode exercer, por delegação, a atividade de fiscalização, por não ser típica de Estado.
  - (C) pode exercer, por delegação, as atividades de consentimento e fiscalização, por não serem típicas de Estado.
  - (D) pode exercer, por delegação, quaisquer das atividades inerentes ao poder de polícia, pois não se traduzem em funções típicas de Estado.
  - (E) pode exercer, por delegação, o direito de impor, por exemplo, uma multa por infração de trânsito e cobrá-la, inclusive, judicialmente.
23. Sócrates, antigo servidor de uma autarquia, sofreu um processo administrativo disciplinar cujo resultado, ao final, lhe custou a perda do próprio cargo público. Durante o processo, foi possível ao servidor informar o julgador dos fatos, manifestar-se sobre as evidências trazidas contra si e, inclusive, ter consideradas suas manifestações nos autos. A despeito disso, alegou o servidor que, no trâmite do processo, não foi assistido por advogado regularmente constituído para a defesa. Em tais condições, a falta de defesa técnica por advogado no processo administrativo disciplinar, por si só,
- (A) importa nulidade do processo administrativo disciplinar por constituir flagrante cerceamento de defesa.
  - (B) não importa nulidade de processo administrativo disciplinar, desde que seus atos sejam reaproveitados em novo procedimento, desta vez assistido o acusado por defensor dativo.
  - (C) importa nulidade da decisão por violar o princípio da ampla defesa assegurado a todos litigantes em processo judicial ou administrativo pelo art. 5.º, inciso LV, da Constituição Federal.
  - (D) importa nulidade do processo administrativo disciplinar, pois a Lei Estadual do Processo Administrativo (Lei n.º 10.177/1998) prevê a essencialidade do defensor habilitado para o cumprimento do devido processo legal.
  - (E) não ofende a constituição, ainda mais no presente caso em que a parte reconhecidamente se defendeu nos autos.
24. A respeito da licitação, assinale a assertiva correta.
- (A) A impugnação das cláusulas contidas no edital de licitação é restrita a quem dela participa e deve se dar até o momento da abertura dos envelopes de habilitação em concorrência.
  - (B) Nas concorrências de âmbito internacional, por questão de soberania nacional, o edital não deverá se flexibilizar ao sabor das diretrizes da política monetária e do comércio exterior.
  - (C) É inexigível a licitação para contratação de entidades privadas sem fins lucrativos, para implementação de cisternas ou outras tecnologias sociais de acesso à água para consumo humano e produção de alimentos em prol de famílias rurais de baixa renda flageladas pela crônica falta de água.
  - (D) Salvo se posição individual divergente estiver devidamente fundamentada e registrada em ata lavrada na reunião em que tiver sido tomada a decisão, os membros das Comissões de licitação responderão solidariamente por todos os atos praticados pela Comissão.
  - (E) Finalizada a licitação, o licitante vencedor nutre verdadeiro direito adquirido à contratação pelo Poder Público, o qual não poderá alegar motivo de interesse público para deixar de contratar naquele momento.

**25. O ato administrativo**

- (A) pode ser revogado com fundamento em razões de conveniência e oportunidade, desde que observados os efeitos *ex tunc* dessa extinção do ato.
- (B) tem na presunção de legitimidade a autorização para imediata execução e permanece em vigor até prova em contrário.
- (C) é revogável pelo Poder Judiciário que é apto a fazer o controle de legalidade, sem ingressar em seu mérito administrativo.
- (D) de Secretário de Segurança Pública que determina remoção *ex officio* do Delegado de Polícia, sem motivação, não se sujeita ao controle de juridicidade por conter alta carga de discricionariedade em seu teor.
- (E) tem como requisitos a presunção de legitimidade, a autoexecutoriedade, a imperatividade e a exigibilidade.

**26. A respeito do contrato administrativo, é correto afirmar que**

- (A) uma vez executado, seu objeto será recebido pela Administração em duas etapas, sendo uma provisória e outra definitiva.
- (B) cabe à Administração fiscalizar eventual inadimplência do contratado com referência a eventuais encargos trabalhistas, fiscais e comerciais, sob pena de ter transferido a si o aludido passivo com consequências na regularização e uso das obras e edificações, inclusive perante o Registro de Imóveis.
- (C) a Administração pública responde subsidiariamente com o contratado pelos encargos previdenciários resultantes da execução do contrato.
- (D) a Administração não poderá rejeitar parcialmente determinada obra, serviço ou fornecimento executados em desacordo com o contrato.
- (E) a lei veda à Administração que mantenha o contrato com empresa cuja concordata for decretada.

**27. O prefeito de determinada cidade elabora projeto de celebração de uma parceria público-privada, que tem (i) valor de contrato equivalente a quinze milhões de reais; por um (ii) prazo de cinco anos; tendo por (iii) objeto único da prestação a execução de obra pública. De acordo com a Lei de Parceria Público-Privada (Lei n.º 11.079/2004), o projeto**

- (A) pode ser levado adiante, desde que seja aumentado o prazo de prestação para seis anos, estando corretos os demais parâmetros.
- (B) pode ser levado adiante, desde que o objeto único desse contrato possa ser modificado para “fornecimento de mão de obra”, pois os demais parâmetros estão corretos para o tipo de contratação almejada.
- (C) não pode vingar, pois o valor do contrato não atinge ao mínimo permitido, e a finalidade “execução de obra pública” também é vedada para esse tipo de contratação.
- (D) não pode vingar, pois a despeito de as demais condições dele estarem adequadas, o valor da obra é inferior ao mínimo estabelecido na Lei para esse tipo de contratação.
- (E) pode ser levado adiante, pois todas as condições se encontram dentro dos parâmetros legais de observação obrigatória para esse tipo de contratação.

**28. Poder Público firma com entidades públicas ou privadas uma associação visando ao atingimento de interesses comuns, caracterizado o ajuste de vontades por (i) interesses não conflitantes; (ii) mútua colaboração entre os partícipes do acordo; (iii) pagamentos voltados integralmente para a consecução do objetivo expresso no instrumento e não como remuneração. Trata-se de**

- (A) concessão.
- (B) consórcio.
- (C) consórcio público.
- (D) convênio.
- (E) parceria público-privada.

**29. De acordo com o Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado de São Paulo (Lei n.º 10.261/68), será aplicada a pena de demissão, a bem do serviço público, ao funcionário que**

- (A) for ineficiente no serviço.
- (B) receber presentes de qualquer espécie, por intermédio de outrem, em razão de suas funções.
- (C) abandonar o cargo por mais de 30 dias consecutivos.
- (D) se ausentar do serviço, sem causa justificável, por mais de 45 dias, interpoladamente, em 01 ano.
- (E) aplicar indevidamente dinheiros ou recursos públicos.

30. De acordo com a Lei n.º 8.429/92, a ação de improbidade, em caso de enriquecimento ilícito,
- (A) seguirá o rito ordinário e será proposta pelo Ministério Público ou pela pessoa jurídica interessada.
  - (B) deve ser proposta no prazo de 45 dias da efetivação da medida cautelar de sequestro.
  - (C) deve ser proposta no prazo de 60 dias da efetivação da medida cautelar de sequestro.
  - (D) seguirá o rito sumário e será proposta exclusivamente pelo Ministério Público.
  - (E) seguirá o rito ordinário e será proposta exclusivamente pelo Ministério Público.
31. De acordo com a Lei Estadual do Processo Administrativo (Lei n.º 10.177/1998), uma vez requerida a expedição de certidão de autos de procedimento em poder da Administração, a autoridade competente deverá apreciar o requerimento em 05 dias
- (A) corridos e determinará a expedição em prazo não inferior a 05 dias úteis.
  - (B) corridos e determinará a expedição em prazo não superior a 05 dias corridos.
  - (C) úteis e determinará a expedição em prazo não inferior a 05 dias úteis.
  - (D) corridos e determinará a expedição em prazo não inferior a 05 dias corridos.
  - (E) úteis e determinará a expedição em prazo não superior a 05 dias úteis.
32. A respeito da Lei de Acesso à Informação (Lei n.º 12.527/2011), é correto afirmar que
- (A) nos municípios em que não se exige a veiculação pela internet, as informações referentes à execução orçamentária e financeira devem ser disponibilizadas à população e renovadas, ao menos semestralmente.
  - (B) nas cidades com mais de 10 mil habitantes, os órgãos e entidades públicas devem promover pela internet o acesso a informações de interesse coletivo por eles produzidas ou custodiadas.
  - (C) qualquer interessado pode requerer informações aos órgãos e entidades públicas, assegurado, independentemente de justificação, o anonimato do requerente.
  - (D) o prazo máximo de restrição de acesso à informação considerada “ultrassecreta” não pode ultrapassar a 01 (um) ano.
  - (E) somente o Presidente da República pode classificar uma informação como sendo “ultrassecreta”.
33. “X”, uma senhora idosa, foi presa em flagrante pela prática do crime de falsificação de documento público. Não ofereceu qualquer resistência à prisão, mas ainda assim foi alugada. Por hipótese, a conduta dos policiais que efetuaram a prisão de “X”
- (A) tipifica o crime de exploração de prestígio.
  - (B) é prevista em lei, portanto, não configura crime.
  - (C) tipifica o crime de exercício arbitrário ou abuso de poder.
  - (D) tipifica o crime de violência arbitrária.
  - (E) é polêmica, mas em razão da prisão em flagrante é considerada lícita.
34. Dentre as escolas penais a seguir, aquela na qual se pretendeu inicialmente aplicar ao direito penal os mesmos métodos de observação e investigação que se utilizavam em outras ciências naturais é a
- (A) Clássica.
  - (B) Técnico-Jurídica.
  - (C) Correccionalista.
  - (D) Positivista.
  - (E) Moderna.
35. Assinale a alternativa que apresenta o princípio que deve ser atribuído a Claus Roxin, defensor da tese de que a tipicidade penal exige uma ofensa de gravidade aos bens jurídicos protegidos.
- (A) Insignificância.
  - (B) Intervenção mínima.
  - (C) Fragmentariedade.
  - (D) Adequação social.
  - (E) Humanidade.
36. Segundo o conceito restritivo, é autor aquele que
- (A) tem o domínio do fato.
  - (B) realiza a conduta típica descrita na lei.
  - (C) contribui com alguma causa para o resultado.
  - (D) age dolosamente na prática do crime.
  - (E) pratica o fato por interposta pessoa que atua sem culpabilidade.

37. “X” estaciona seu automóvel regularmente em uma via pública com o objetivo de deixar seu filho, “Z”, na pré-escola, entretanto, ao descer do veículo para abrir a porta para “Z”, não percebe que, durante esse instante, a criança havia soltado o freio de mão, o suficiente para que o veículo se deslocasse e derrubasse um idoso, que vem a falecer em razão do traumatismo craniano causado pela queda. Em tese, “X”
- (A) responderá pelo crime de homicídio culposo com pena mais severa do que a estabelecida no Código Penal, nos termos do Código de Trânsito Brasileiro.
  - (B) responderá pelo crime de homicídio culposo, entretanto, a ele poderá ser aplicado o perdão judicial.
  - (C) não responde por crime algum, uma vez que não agiu com dolo ou culpa.
  - (D) responderá pelo crime de homicídio doloso por dolo eventual.
  - (E) responderá pelo crime de homicídio culposo em razão de sua negligência.
38. Quantos foram os Códigos Penais vigentes no Brasil?
- (A) Três.
  - (B) Seis.
  - (C) Dois.
  - (D) Cinco.
  - (E) Um.
39. Em regra geral, a prescrição antes de transitar em julgado a sentença final
- (A) é chamada, pela doutrina, de prescrição intercorrente.
  - (B) é chamada, pela doutrina, de prescrição retroativa.
  - (C) regula-se pelo mínimo da pena privativa de liberdade cominada ao crime.
  - (D) regula-se pela pena aplicada na sentença de primeiro grau.
  - (E) regula-se pelo máximo da pena privativa de liberdade cominada ao crime.
40. “X” recebe recomendação médica para ficar de repouso, caso contrário, poderia sofrer um aborto. Ocorre que “X” precisa trabalhar e não consegue fazer o repouso desejado e, por essa razão, acaba expelindo o feto, que não sobrevive. Em tese, “X”
- (A) não praticou crime algum.
  - (B) praticou o crime de aborto doloso.
  - (C) praticou o crime de aborto culposo.
  - (D) praticou o crime de lesão corporal qualificada pela aceleração do parto.
  - (E) praticou o crime de desobediência.
41. Dentre os crimes listados a seguir, aquele que foi revogado do Código Penal é:
- (A) curandeirismo.
  - (B) charlatanismo.
  - (C) bigamia.
  - (D) sedução.
  - (E) simulação de casamento.
42. A tese supralegal de inexigibilidade de conduta diversa, se acolhida judicialmente, importa em exclusão
- (A) da imputabilidade.
  - (B) da pena.
  - (C) de punibilidade.
  - (D) do crime.
  - (E) de culpabilidade.
43. Para subtrair um automóvel, “X”, de forma violenta, danificou a sua porta. Nesse caso, “X” deverá responder
- (A) pelo crime de roubo, visto que se utilizou de violência para danificar a porta.
  - (B) apenas pelo crime de furto, em razão do princípio da subsidiariedade.
  - (C) apenas pelo crime de furto, em razão do princípio da consunção.
  - (D) pelos crimes de furto e de dano.
  - (E) apenas pelo crime de furto, em razão do princípio da especialidade.
44. “X”, primário e de bons antecedentes, cumpre, com bom comportamento, pena de vinte anos de reclusão em regime fechado, pela prática do crime de latrocínio. Até o momento, “X” cumpriu quatorze anos do total da pena. Nesse caso, a resposta correta para a pergunta – “X” tem direito à concessão de algum benefício? – é:
- (A) “X” tem direito ao livramento condicional.
  - (B) “X” tem direito à concessão da liberdade provisória.
  - (C) “X” tem direito à concessão do *sursis*.
  - (D) “X” tem direito à concessão da suspensão condicional da pena.
  - (E) “X” não faz jus a nenhum benefício por ter praticado crime hediondo.

## DIREITO PROCESSUAL PENAL

45. “X”, em um cinema, durante a exibição de um filme que continha cenas de sexo, é flagrado por policiais expondo e manipulando sua genitália. Tal conduta, em tese,
- (A) tipifica o crime de mediação para satisfazer a lascívia de outrem.
  - (B) tipifica o crime de ato obsceno.
  - (C) tipifica o crime de favorecimento da prostituição.
  - (D) não tipifica crime algum, em razão da existência de excludente de ilicitude.
  - (E) não tipifica crime algum, uma vez que “X” estava em local apropriado para a prática desse tipo de conduta.
46. O crime de peculato
- (A) consiste em solicitar ou receber, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, vantagem indevida.
  - (B) é crime contra a administração da justiça.
  - (C) consiste em dar às verbas ou rendas públicas aplicação diversa da estabelecida em lei.
  - (D) embora seja crime próprio, admite a participação de agentes que não sejam funcionários públicos.
  - (E) mediante erro de outrem tem a mesma pena do crime de peculato.
47. Levar ao conhecimento da autoridade policial a ocorrência de um crime, por vingança, sabedor de que o suposto fato criminoso jamais ocorreu, supostamente, tipifica o delito de
- (A) fraude processual.
  - (B) exercício arbitrário das próprias razões.
  - (C) comunicação falsa de crime ou de contravenção.
  - (D) denúncia caluniosa.
  - (E) falso testemunho.
48. “X”, valendo-se de um documento de identidade falsificado, consegue abrir uma conta corrente no Banco do Brasil com a finalidade de lavar dinheiro. O bem jurídico tutelado no crime praticado por “X” é(são)
- (A) o patrimônio.
  - (B) a administração da justiça.
  - (C) a administração pública.
  - (D) a fê pública.
  - (E) as finanças públicas.
49. No processo penal, a prova produzida durante o inquérito policial
- (A) pode ser utilizada por qualquer das partes, bem como pelo juiz.
  - (B) tem o mesmo valor que a prova produzida judicialmente.
  - (C) pode ser utilizada somente pelo juiz.
  - (D) não tem valor legal.
  - (E) deverá ser sempre ratificada judicialmente para ter valor legal.
50. A respeito do direito ao silêncio do acusado no inquérito policial, é correto afirmar que
- (A) não importará em confissão, mas em presunção de culpabilidade.
  - (B) importará em confissão.
  - (C) importará em confissão, exceto se o acusado manifestar o direito constitucional de somente falar em juízo.
  - (D) não importará em confissão, entretanto, poderá constituir elemento para formação do convencimento do juiz em eventual processo penal.
  - (E) não importará em confissão.
51. Em relação ao tema prisão, é correto afirmar que
- (A) o emprego de força para a realização da prisão será permitido sempre que a autoridade policial julgar necessário, não existindo restrição legal.
  - (B) a prisão poderá ser efetuada em qualquer dia e a qualquer hora, respeitadas as restrições relativas à inviolabilidade de domicílio.
  - (C) a prisão cautelar somente ocorre durante o inquérito policial.
  - (D) em todas as suas hipóteses, é imprescindível a existência de mandado judicial prévio.
  - (E) a prisão preventiva somente ocorre durante o processo judicial.

52. Nos termos do parágrafo terceiro do art. 5.º do CPP: “Qualquer pessoa do povo que tiver conhecimento da existência de infração penal em que caiba ação pública poderá, verbalmente ou por escrito, comunicá-la à autoridade policial, e esta, verificada a procedência das informações, mandará instaurar inquérito policial”. Assim, é correto afirmar que
- (A) sempre que tomar conhecimento da ocorrência de um crime, a autoridade policial deverá, por portaria, instaurar inquérito policial.
- (B) por *delatio criminis* entende-se a autorização formal da vítima para que seja instaurado inquérito policial.
- (C) o inquérito policial será instaurado pela autoridade policial apenas nas hipóteses de ação penal pública.
- (D) a notícia de um crime, ainda que anônima, pode, por si só, suscitar a instauração de inquérito policial.
- (E) é inadmissível o anonimato como causa suficiente para a instauração de inquérito policial na modalidade da *delatio criminis*, entretanto, a autoridade policial poderá investigar os fatos de ofício.
53. A fiança
- (A) poderá ser prestada em todas as hipóteses de prisão, salvo no caso de prisão em decorrência de pronúncia.
- (B) poderá ser prestada em qualquer termo do processo, inclusive após o trânsito em julgado da sentença.
- (C) poderá ser prestada em qualquer termo do processo, enquanto não transitar em julgado a sentença condenatória.
- (D) somente poderá ser prestada durante o inquérito policial.
- (E) poderá ser prestada nas hipóteses de prisão temporária.
54. O minucioso relatório policial que encerra determinado inquérito conclui pela ocorrência do crime de estelionato praticado por “X”. O promotor de justiça, entretanto, com base nas descrições contidas no referido documento, denuncia “X” pela prática do crime de furto mediante fraude. Ao receber a peça acusatória, o magistrado
- (A) deverá, em juízo preliminar, modificar a classificação jurídica do crime feita na denúncia, a fim de que fique em consonância com o relatório policial, sob pena de inépcia da denúncia.
- (B) poderá, em juízo preliminar, modificar a classificação jurídica do crime feita no relatório policial, a fim de que fique em consonância com a denúncia, sob pena de nulidade da sentença.
- (C) poderá devolver os autos ao delegado de polícia responsável, caso entenda que a classificação do crime deva ser retificada.
- (D) se não a rejeitar preliminarmente, deverá recebê-la e ordenar a citação do réu “X” para responder à acusação por crime de furto mediante fraude.
- (E) deverá devolver os autos ao delegado de polícia responsável pelo relatório, a fim de que seja feita a retificação da classificação do crime, sob pena de inépcia da denúncia.
55. A lei processual penal
- (A) tem aplicação imediata, sem prejuízo dos atos realizados sob a vigência de lei anterior.
- (B) somente pode ser aplicada a processos iniciados sob sua vigência.
- (C) tem aplicação imediata, devendo ser declarados inválidos os atos praticados sob a vigência de lei anterior.
- (D) tem aplicação imediata, devendo ser renovados os atos praticados sob a vigência da lei anterior.
- (E) é retroativa aos atos praticados sob a vigência de lei anterior.
56. No delito de homicídio, o exame de corpo de delito
- (A) é prova pericial fundamental, sem a qual não pode haver o oferecimento da denúncia.
- (B) deve, em regra, ser realizado por perito oficial, portador de diploma de curso superior.
- (C) é dispensável, no caso de confissão do crime.
- (D) é dispensável, caso existam outras provas da prática delituosa.
- (E) deve ser realizado por dois peritos médicos pertencentes ao Instituto Médico Legal.
57. No Direito pátrio, o sistema que vige no processo penal é o
- (A) inquisitivo formal.
- (B) acusatório formal.
- (C) inquisitivo.
- (D) inquisitivo unificador.
- (E) acusatório.
58. Cabe recurso de ofício da sentença
- (A) que conceder *habeas corpus*.
- (B) que absolver o réu por inexistência do crime.
- (C) de pronúncia.
- (D) de absolvição sumária.
- (E) que denegar *habeas corpus*.
59. Segundo o princípio da *pas de nullité sans grief*,
- (A) não há diferença entre nulidades absolutas e relativas.
- (B) no processo penal há prevalência do interesse do réu.
- (C) nenhum ato será declarado nulo, se da nulidade não resultar prejuízo.
- (D) o réu tem direito de ser julgado por um juiz previamente determinado por lei.
- (E) é garantida publicidade aos atos processuais, sob pena de nulidade.

60. No processo penal, as intimações
- (A) serão sempre pessoais.
  - (B) do defensor constituído serão feitas pelo órgão incumbido da publicidade.
  - (C) não são obrigatórias quando se trata do Ministério Público.
  - (D) são atos que, se desrespeitados, causam nulidade absoluta do processo.
  - (E) serão pessoais, salvo se o réu estiver preso.
61. Quando o réu estiver fora do território da jurisdição processante,
- (A) será citado mediante carta precatória.
  - (B) será citado por hora certa.
  - (C) será julgado à revelia.
  - (D) deverá ser dispensado de comparecer nas audiências, devendo ser interrogado por videoconferência.
  - (E) deverá solicitar que o processo seja remetido para a comarca de sua residência, a fim de que possa se defender melhor dos fatos que lhe são imputados na denúncia.
62. Dentre os recursos a seguir, aquele em que não é possível a desistência é:
- (A) apelação.
  - (B) em qualquer recurso interposto pelo Defensor Público.
  - (C) protesto por novo júri.
  - (D) em qualquer recurso interposto pelo Ministério Público.
  - (E) recurso em sentido estrito.
63. São princípios constitucionais explícitos do processo penal:
- (A) ampla defesa e intervenção mínima.
  - (B) presunção de inocência e lesividade.
  - (C) intervenção mínima e duplo grau de jurisdição.
  - (D) presunção de inocência e ampla defesa.
  - (E) lesividade e intervenção mínima.
64. Em se tratando de processo penal, assinale a alternativa que apresenta, correta e respectivamente, uma fonte direta e uma fonte indireta.
- (A) Costume e lei.
  - (B) Costume e jurisprudência.
  - (C) Doutrina e jurisprudência.
  - (D) Princípios gerais do direito e doutrina.
  - (E) Lei e costume.

## CRIMINOLOGIA

65. A obra *O homem delinquente*, publicada em 1876, foi escrita por
- (A) Cesare Lombroso.
  - (B) Enrico Ferri.
  - (C) Rafael Garófalo.
  - (D) Cesare Bonesana.
  - (E) Adolphe Quetelet.
66. Um dos primeiros autores a classificar as vítimas de um crime foi Benjamin Mendelsohn, que levou em conta a participação das vítimas no delito. Segundo esse autor, as vítimas classificam-se em \_\_\_\_\_; vítimas menos culpadas que os criminosos; \_\_\_\_\_; vítimas mais culpadas que os criminosos e \_\_\_\_\_.
- Assinale a alternativa que preenche, correta e respectivamente, as lacunas do texto.
- (A) vítimas inocentes ... vítimas inimputáveis ... vítimas culpadas
  - (B) vítimas primárias ... vítimas secundárias ... vítimas terciárias
  - (C) vítimas ideais ... vítimas tão culpadas quanto os criminosos ... vítimas como únicas culpadas
  - (D) vítimas tão participativas quanto os criminosos ... vítimas passivas ... vítimas colaborativas quanto aos criminosos
  - (E) vítimas passivas em relação ao criminoso ... vítimas prestativas ... vítimas ativas em relação aos criminosos
67. A moderna Sociologia Criminal possui visão bipartida do pensamento criminológico atual, sendo uma de cunho funcionalista e outra de cunho argumentativo. Trata-se das teorias
- (A) indutiva e dedutiva.
  - (B) do consenso e do conflito.
  - (C) absoluta e relativa.
  - (D) moderna e contemporânea.
  - (E) abstrata e concreta.

68. Assinale a alternativa que completa, correta e respectivamente, a frase: A Criminologia \_\_\_\_\_; o Direito Penal \_\_\_\_\_.
- (A) não é considerada uma ciência, por tratar do “dever ser” ... é uma ciência empírica e interdisciplinar, fática do “ser”
  - (B) é uma ciência normativa e multidisciplinar, do “dever ser” ... é uma ciência empírica e fática, do “ser”
  - (C) não é considerada uma ciência, por tratar do “ser” ... é uma ciência jurídica, pois encara o delito como um fenômeno real, do “dever ser”
  - (D) é uma ciência empírica e interdisciplinar, fática do “ser” ... é uma ciência jurídica, cultural e normativa, do “dever ser”
  - (E) é considerada uma ciência jurídica, por tratar o delito como um conceito formal, normativo, do “dever ser” ... não é considerado uma ciência, pois encara o delito como um fenômeno social, do “ser”
69. Tendo o Direito Penal a missão subsidiária de proteger os bens jurídicos e, com isso, o livre desenvolvimento do indivíduo, e, ainda, sendo a pena vinculada ao Direito Penal e à Execução Penal, após a reforma do Código Penal Brasileiro, em 1984, é correto afirmar que a finalidade da pena é
- (A) repressiva e abusiva.
  - (B) punitiva e reparativa.
  - (C) retributiva e preventiva (geral e especial).
  - (D) ressocializadora e reparativa.
  - (E) punitiva e distributiva.
70. A prevenção criminal que está voltada à segurança e qualidade de vida, atuando na área da educação, emprego, saúde e moradia, conhecida universalmente como direitos sociais e que se manifesta a médio e longo prazos, é chamada pela Criminologia de prevenção
- (A) primária.
  - (B) individual.
  - (C) secundária.
  - (D) estrutural.
  - (E) terciária.
71. Substância tóxica de dependência química e psíquica; é um produto sintético (diacetilmorfina), tem a forma de pó branco e cristalino que, após a diluição, é injetado no usuário, que apresenta de início euforia, disposição, alegria, mas que, ao longo do uso, passa a apresentar náuseas, vômitos, delírios, convulsões, bloqueio do sistema respiratório e morte de forma fugaz. Essa substância corresponde à(ao)
- (A) maconha.
  - (B) morfina.
  - (C) LSD.
  - (D) cocaína.
  - (E) heroína.
72. É uma característica da morfologia de uma ferida por ação cortante, em relação à ferida contusa, a presença de
- (A) fundo irregular.
  - (B) hemorragia abundante.
  - (C) retração das bordas da ferida.
  - (D) vertentes irregulares.
  - (E) integridade de vasos, nervos e tendões no fundo da lesão.
73. Mulher de 23 anos de idade, sexualmente ativa, procura serviço médico devido a fortes e lancinantes dores abdomino-pélvicas há 1 hora. O exame clínico, associado a exames laboratoriais e de imagem, revela gestação ectópica com embrião fixado e viável em tuba uterina esquerda. A paciente evade-se do local e 3 meses após retorna, agora com franco quadro de hemorragia interna, evoluindo com choque hemodinâmico e parada cardiorrespiratória. Os médicos reverteram a parada e, analisando o histórico, determinam que a causa do sangramento provém da ruptura da tuba uterina, que é imediatamente retirada cirurgicamente. Essa condição configura, do ponto de vista médico-legal, um aborto
- (A) social.
  - (B) eugênico.
  - (C) terapêutico.
  - (D) econômico.
  - (E) piedoso.
74. Se um indivíduo em uso de medicamentos que são potencializadores do efeito alcoólico sobre o sistema nervoso, desconhecendo essa informação, ingere bebida alcoólica e passa a apresentar sinais inequívocos de embriaguez, tal fato pode ser considerado embriaguez
- (A) preordenada.
  - (B) habitual.
  - (C) culposa.
  - (D) acidental.
  - (E) fortuita.

75. Considere a situação em que um cadáver é encontrado por seus familiares em domicílio, 4 dias após a morte. Assinale a alternativa que corresponde ao fenômeno cadavérico que já se desfez, nesse período (4 dias).
- (A) Gases inflamáveis derivados de ação de bactérias facultativas.
  - (B) Rigidez cadavérica.
  - (C) Cristais de Westenhöffer-Rocha-Valverde no sangue periférico.
  - (D) Mancha verde disseminada por todo o corpo.
  - (E) Livores de hipóstase.
76. Leia atentamente as definições a seguir, acerca de lesões por agentes perfurocontundentes, e relacione-as por letras e números aos seus nomes.
- A. Ferimento por projétil de arma de fogo que se deve ao arancamento da epiderme devido ao movimento rotatório do projétil que entra na superfície corporal.
  - B. Sinal deixado pela passagem do projétil nos tecidos corporais, concêntrico, decorrente do atrito e contusão do projétil, que também deixa nos tecidos por onde passa suas impurezas de superfície.
  - C. Área de impregnação por grãos de pólvora incombustos que se fixam ao redor do ferimento de entrada de projétil, em tiros de curta distância.
  - D. Área de depósito de fuligem que circunscreve a ferida de entrada, removível com a lavagem do local, portanto, sem impregnação tecidual.
  - E. Área ao redor do orifício de entrada, caracterizada pela queimadura da pele ou pelos, decorrente da alta energia térmica dos projéteis de arma de fogo, característica de disparos a curta distância ou à queima-roupa.
- 1. Orla de esfumaçamento.
  - 2. Halo de enxugo.
  - 3. Zona de chamuscamento.
  - 4. Orla de escoriação ou contusão.
  - 5. Halo de tatuagem.
- A associação correta entre a definição e o elemento de uma ferida de entrada de projétil de arma de fogo é vista, em ordem alfabética e corretamente, na alternativa:
- (A) A – 5; B – 1; C – 4; D – 2; E – 3.
  - (B) A – 3; B – 4; C – 1; D – 5; E – 2.
  - (C) A – 4; B – 2; C – 5; D – 1; E – 3.
  - (D) A – 2; B – 5; C – 3; D – 1; E – 4.
  - (E) A – 4; B – 3; C – 2; D – 5; E – 1.
77. Dispõe a Lei n.º 8.249, de 1992 – Lei de Improbidade Administrativa – que, independentemente das sanções penais, civis e administrativas previstas na legislação específica, na hipótese dos atos que importam enriquecimento ilícito, a suspensão dos direitos políticos será de
- (A) 1 (um) a 4 (quatro) anos.
  - (B) 1 (um) a 3 (três) anos.
  - (C) 2 (dois) a 4 (quatro) anos.
  - (D) 2 (dois) anos.
  - (E) 8 (oito) a 10 (dez) anos.
78. Pertinente à Lei de combate às organizações criminosas, consiste a intervenção administrativa na
- (A) forma de ação controlada existente.
  - (B) escolha do momento mais oportuno à formação de provas.
  - (C) ação realizada por agentes de polícia, exclusivamente.
  - (D) observação e acompanhamento da infiltração policial.
  - (E) infiltração feita por agentes não policiais.
79. Aos crimes previstos na Lei n.º 10.741, de 2003 – Estatuto do Idoso –, aplica-se o procedimento previsto na Lei n.º 9.099, de 26 de setembro de 1995, desde que a pena máxima privativa de liberdade não ultrapasse
- (A) 6 (seis) anos.
  - (B) 8 (oito) anos.
  - (C) 4 (quatro) anos.
  - (D) 1 (um) ano.
  - (E) 2 (dois) anos.

80. As políticas de segurança pública voltadas para os jovens e estabelecidas pelo Estatuto da Juventude terão, entre outras diretrizes, a seguinte:

- (A) reserva de 2 (duas) vagas gratuitas por veículo para jovens de baixa renda.
- (B) promoção do efetivo acesso dos jovens à Defensoria Pública.
- (C) adoção de lei de incentivo fiscal para o esporte.
- (D) educação ambiental voltada para a preservação do meio ambiente.
- (E) criação de Delegacias Especiais para Jovens Cidadãos.

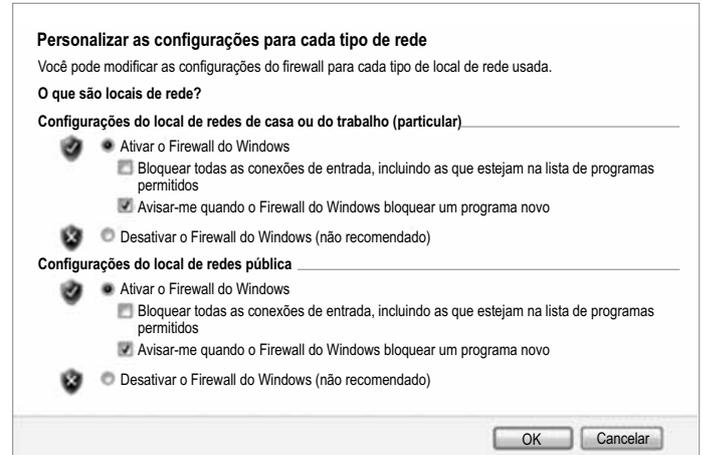
81. Referente à Lei de proteção da propriedade intelectual de programa de computador, entendendo-se este como um conjunto organizado de instruções em linguagem natural ou codificada, o regime de proteção é o conferido às obras

- (A) científicas e similares vigentes no Brasil.
- (B) com direito de arena e similares vigentes no Brasil.
- (C) artísticas e conexos vigentes no País.
- (D) literárias e conexos vigentes no País.
- (E) com direito de arena e conexos vigentes no Brasil.

82. Tratando-se de falência de microempresa e não se constatando prática habitual de condutas fraudulentas por parte do falido

- (A) poderá o juiz substituir a pena de reclusão por detenção.
- (B) poderá o juiz substituir a pena de reclusão por penas restritivas de direitos.
- (C) deverá o juiz substituir a pena de detenção por restritivas de direitos.
- (D) deverá o juiz aumentar a pena de reclusão.
- (E) deverá o juiz reduzir as penas restritivas de direitos.

83. Considerando o MS-Windows 7, na sua configuração padrão, assinale a alternativa que contém a sequência correta a partir do botão Iniciar da área de trabalho, que permite acessar a janela de diálogo com as opções de ativar ou desativar o Firewall do Windows, conforme mostra a figura.



- (A) Painel de Controle, Segurança do Windows, Configuração do Firewall do Windows e usar a opção “Ativar ou Desativar o Firewall do Windows”.
- (B) Painel de Controle, Sistema e Segurança, Configuração do Firewall e usar a opção “Ativar ou Desativar o Firewall do Windows”.
- (C) Painel de Controle, Sistema e Segurança, Firewall do Windows e usar a opção “Ativar ou Desativar o Firewall do Windows”.
- (D) Computador, Segurança do Windows, Firewall do Windows e usar a opção “Ativar ou Desativar o Firewall do Windows”.
- (E) Computador, Sistema e Segurança, Firewall do Windows e usar a opção “Ativar ou Desativar o Firewall do Windows”.

84. Em uma planilha do MS-Excel 2010, a partir da sua configuração padrão, que controla o banco de horas extras de um Delegado de Polícia, conforme é apresentado na figura a seguir, a coluna A contém o mês de referência, a coluna B contém a data em que foram feitas as horas extras, e a coluna C contém o número de horas extras.

	A	B	C
1	Mês de Referência	Data	Horas Extras
2	nov/13	04/11/2013	2
3	nov/13	05/11/2013	1
4	nov/13	07/11/2013	3
5	nov/13	12/11/2013	2
6	nov/13	15/11/2013	1
7	nov/13	22/11/2013	2
8	nov/13	27/11/2013	3
9		Total de Horas	14

A fórmula a ser aplicada na célula C9 para calcular o total de Horas Extras do mês de nov/2013 é

- (A) =SOMA(C2:C8)  
(B) =CONT.SE(C2;C8)  
(C) =CONT.SE(C2;C8)  
(D) =SOMASE(C2;C8;"nov/2013")  
(E) =SOMA(C2;C8)
85. A figura a seguir foi extraída do MS-Word 2010, a partir da sua configuração padrão, e apresenta o grupo Ilustrações.



A guia que contém essa opção é

- (A) Arquivo.  
(B) Página Inicial.  
(C) Layout da Página.  
(D) Referências.  
(E) Inserir.

86. Na montagem de uma rede local, para interligar um grupo de 4 computadores, é utilizado cabeamento estruturado padrão CAT-5. O elemento de rede usado para interligar esses computadores chama-se comutador, e o cabo usado para interligar o computador com o comutador chama-se "cabo fim a fim". O conector usado na montagem desse cabo é

- (A) TI-578.  
(B) RX-45.  
(C) RJ-45.  
(D) BSI-8.  
(E) ATC-32.

87. Com a evolução da computação pessoal, foi necessário desenvolver uma interface de computador que possibilitasse a conexão de periféricos sem a necessidade de desligar o computador. Essa interface permite conectar diversos equipamentos como: mouse, teclado, impressoras, câmeras digitais e webcam com o computador.

Assinale a alternativa que contém o nome dessa interface.

- (A) HDLC.  
(B) USB.  
(C) ATX.  
(D) IDE.  
(E) VGA.

88. Assinale a alternativa que contém o endereço de uma página da internet cujo acesso está utilizando técnica de criptografia.

- (A) <http://www.sp.senac.br:8080>  
(B) <https://www.globo.com/secur.php>  
(C) <http://www.yahoo.com.br>  
(D) <https://www.google.com.br>  
(E) <http://gmail.com/portall.html>

## DIREITO CIVIL

89. Assinale a alternativa correta, de acordo com as disposições da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (Decreto-Lei n.º 4.657/1942).

- (A) A lei nova revoga a lei antiga, quando com esta incompatível, ainda que não haja expressa declaração de revogação.
- (B) As correções a texto de lei já em vigor não implicam em lei nova.
- (C) A repristinação é regra no direito brasileiro, admitindo-se disposição legal que afaste sua incidência.
- (D) Entende-se por ato jurídico perfeito a decisão judicial da qual não caiba mais recurso.
- (E) O Brasil não adota, em regra, o instituto da *vacatio legis*, salvo no estrangeiro, quando admitida a obrigatoriedade da lei brasileira.

90. Fabiana e Maurício, ambos com 16 (dezesesseis) anos, são regularmente casados. Os jovens, viciados em tóxicos, tiveram seu veículo roubado enquanto consumiam substância entorpecente em via pública. Foi instaurado inquérito policial para apuração dos fatos, mas não sobreveio ação penal em virtude do roubo. No que tange à prescrição para reparação civil de Fabiana e Maurício, é correto afirmar que

- (A) Fabiana e Maurício, em razão da idade, são relativamente incapazes, não correndo a prescrição até que completem 18 (dezoito) anos.
- (B) o casamento dos jovens causou cessação de incapacidade, mas não para fins de contagem do prazo prescricional, que passará a contar quando completarem 18 (dezoito) anos.
- (C) a contagem da prescrição se dará da data do fato, não havendo circunstância que cause impedimento ou suspensão da prescrição.
- (D) por serem viciados em tóxicos, não corre a prescrição até que recuperem a plena capacidade, individualmente considerados.
- (E) a instauração do inquérito policial suspendeu o curso do prazo prescricional, que voltou a correr após a conclusão do procedimento.

91. De acordo com o Código Civil de 2002, assinale a alternativa correta acerca dos meios de prova e suas particularidades.

- (A) A prova exclusivamente testemunhal é admitida para negócios jurídicos de qualquer valor, desde que a testemunha não seja única.
- (B) No ordenamento civil brasileiro, a presunção não é admitida como meio de prova.
- (C) Em regra, os parentes da linha colateral são admitidos como testemunhas, salvo se tiverem interesse no litígio.
- (D) Não é lícita a recusa de prestar depoimento que leve à desonra própria, de seu cônjuge, parente ou amigo íntimo.
- (E) Admite-se o depoimento de menor, com idade entre 16 (dezesesseis) e 18 (dezoito) anos, como prova testemunhal.

92. No que tange ao instituto da posse e ao direito real de propriedade, assinale a alternativa correta, de acordo com as disposições do Código Civil de 2002.

- (A) Os direitos do detentor equivalem aos direitos do possuidor, havendo legítima pretensão à proteção possessória.
- (B) Considerando que a propriedade privada é um dos princípios da ordem econômica, não se admite a sua perda em razão do abandono, pelo proprietário.
- (C) Admite-se que o possuidor turbado ou esbulhado proteja sua posse por força própria, desde que a reação seja imediata e não exceda o indispensável.
- (D) Em regra, o possuidor não tem pretensão de reintegração de posse quando o esbulho houver sido praticado pelo proprietário do bem.
- (E) Em caso de perigo público iminente, o Poder Público pode requisitar a propriedade privada, sendo faculdade do proprietário ceder ou não o uso às autoridades competentes.

93. Com relação aos bens públicos, é correto afirmar que

- (A) os de uso especial e os dominicais são inalienáveis, inadmitindo desafetação.
- (B) podem ser de uso gratuito ou retribuído, conforme disposição legal.
- (C) os rios, mares, ruas e praças constituem bens de uso especial.
- (D) os de uso especial são aqueles bens públicos revestidos de estrutura de direito privado.
- (E) apenas os dominicais estão sujeitos à usucapião.

94. No estado de perigo, considerado como defeito do negócio jurídico, é correto afirmar que

- (A) para sua configuração, é imprescindível o conhecimento do risco de grave dano por ambas as partes.
- (B) somente pode ser alegado quando o risco de grave dano for da própria pessoa que assumiu a obrigação.
- (C) é causa de nulidade do negócio jurídico, exigindo declaração judicial neste sentido.
- (D) gera a possibilidade de revisão judicial, com finalidade de tornar a obrigação proporcional, mas não é causa de anulação ou nulidade do negócio.
- (E) consiste na assunção de obrigação manifestamente desproporcional à obrigação da outra parte, por inesperienza.

## LÓGICA

95. Os conectivos ou operadores lógicos são palavras (da linguagem comum) ou símbolos (da linguagem formal) utilizados para conectar proposições de acordo com regras formais preestabelecidas. Assinale a alternativa que apresenta exemplos de conjunção, negação e implicação, respectivamente.
- (A)  $\neg p, p \vee q, p \wedge q$   
(B)  $p \wedge q, \neg p, p \rightarrow q$   
(C)  $p \rightarrow q, p \vee q, \neg p$   
(D)  $p \vee p, p \rightarrow q, \neg q$   
(E)  $p \vee q, \neg q, p \vee q$
96. A lógica clássica possui princípios fundamentais que servem de base para a produção de raciocínios válidos. Esses princípios foram inicialmente postulados por Aristóteles (384 a 322 a.C.) e até hoje dão suporte a sistemas lógicos. Tais princípios são os
- (A) da inferência, da não contradição e do terceiro incluído.  
(B) da diversidade, da dedução e do terceiro incluído.  
(C) da identidade, da inferência e da não contradição.  
(D) da identidade, da não contradição e do terceiro excluído.  
(E) da diversidade, da indução e da não contradição.
97. Um argumento válido é aquele cujas premissas levam a uma conclusão por meio de uma sequência finita de regras formais preestabelecidas. Um exemplo de um argumento válido é:
- (A) Se uma cidade é uma capital de estado, então ela fica no estado. Como Joinville fica em Santa Catarina, portanto Joinville é a Capital do Estado.  
(B) Se o professor der a Fulano uma boa nota na prova, então ele pulará de alegria. Como vi Fulano muito alegre ontem, só pode ter sido aprovado.  
(C) Uma vez que todos os livros bons são caros, todos os livros ruins devem ser baratos.  
(D) Todas as pessoas bem sucedidas economicamente são inteligentes. Soube que Fulano tem graves problemas financeiros, portanto ele não deve ser inteligente.  
(E) Considerando que alguns insetos são seres vivos e que todos os seres vivos são mortais, é correto afirmar que alguns insetos são mortais.
98. O silogismo é a forma lógica proposta pelo filósofo grego Aristóteles (384 a 322 a.C.) como instrumento para a produção de conhecimento consistente. O silogismo é tradicionalmente constituído por
- (A) duas premissas, dois termos médios e uma conclusão que se segue delas.  
(B) uma premissa maior e uma conclusão que decorre logicamente da premissa.  
(C) uma premissa maior, uma menor e uma conclusão que se segue das premissas.  
(D) três premissas, um termo maior e um menor que as conecta logicamente.  
(E) uma premissa, um termo médio e uma conclusão que decorre da premissa.
99. Uma relevante finalidade dos argumentos que elaboramos é convencer eventuais interlocutores sobre a verdade de uma tese, isto é, expomos justificativas racionais que sustentam nossa crença de que a tese que defendemos é objetivamente verdadeira. Assim sendo, quando argumentamos devemos
- (A) apresentar justificativas que deem sustentação à verdade da tese defendida.  
(B) apelar para a opinião pública que justifique a verdade da tese apresentada.  
(C) defender a tese usando justificações baseadas em opiniões pessoais evidentes.  
(D) acreditar na verdade da tese proferida como resultado de sua autoevidência.  
(E) reiterar a verdade da tese defendida e ressaltar a falsidade de teses contrárias.
100. Na lógica clássica, as proposições que compõem um raciocínio são classificadas como: (1) universais ou particulares e (2) afirmativas ou negativas. Assim sendo, as proposições “todo ser humano é mortal”, “algumas pessoas não usam óculos” e “alguns motoristas são descuidados” são classificadas, respectivamente, como:
- (A) particular afirmativa, universal negativa e universal afirmativa.  
(B) particular afirmativa, universal negativa e particular afirmativa.  
(C) universal afirmativa, particular afirmativa e particular negativa.  
(D) particular negativa, particular afirmativa e universal afirmativa.  
(E) universal afirmativa, particular negativa e particular afirmativa



